



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA  
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA - SAEB  
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DA BAHIA - JUCEB

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 01/2015

ANALISTA DE REGISTRO DE COMÉRCIO

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA DO CANDIDATO

RG DO CANDIDATO

**LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO**

**INSTRUÇÕES GERAIS**

- I. Nesta prova, você encontrará 19 (dezenove) páginas numeradas sequencialmente, contendo 100 (cem) questões correspondentes às seguintes disciplinas: Língua Portuguesa (10 questões), Matemática / Raciocínio Lógico (05 questões), Noções de Informática (05 questões), Atualidades (05 questões), Noções Gerais de Igualdade Racial e de Gênero (05 questões), Direito Constitucional (10 questões), Direito Administrativo (20 questões), Direito Empresarial (10 questões), Direito Civil (10 questões), Contabilidade Pública (10 questões), Contabilidade Comercial (10 questões) e uma prova discursiva.
- II. Verifique se seu nome e número de inscrição estão corretos no cartão de respostas. Se houver erro, notifique o fiscal.
- III. Assine e preencha o cartão de respostas nos locais indicados, com caneta azul ou preta.
- IV. Verifique se a impressão, a paginação e a numeração das questões estão corretas. Caso observe qualquer erro, notifique o fiscal.
- V. Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer esta prova. Reserve os 20 (vinte) minutos finais para marcar o cartão de respostas.
- VI. A prova discursiva deverá conter no mínimo 20 (vinte) e no máximo 30 (trinta) linhas.
- VII. O candidato só poderá retirar-se do setor de prova 1 (uma) hora após seu início.
- VIII. Os candidatos poderão levar seu Caderno de Questões somente após transcorridas 3 (três) horas e 30 (trinta) minutos do início das provas.
- IX. Marque o cartão de respostas cobrindo fortemente o espaço correspondente à letra a ser assinalada, conforme o exemplo no próprio cartão de respostas.
- X. A leitora óptica não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma alternativa.
- XI. O cartão de respostas não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado. Exceto sua assinatura, nada deve ser escrito ou registrado fora dos locais destinados às respostas.
- XII. Ao terminar a prova, entregue ao fiscal o cartão de respostas e este caderno. As observações ou marcações registradas no caderno não serão levadas em consideração.
- XIII. É terminantemente proibido o uso de telefone celular, pager ou similares.

**Boa Prova!**



DESTAQUE AQUI



**GABARITO DO CANDIDATO - RASCUNHO**



Nome:											Assinatura do Candidato:											Inscrição:							
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25					
<input type="checkbox"/>																													
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50					
<input type="checkbox"/>																													
51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75					
<input type="checkbox"/>																													
76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100					
<input type="checkbox"/>																													

# RASCUNHO

Texto I

**Náufragos da modernidade líquida**

(Frei Betó)

Qual o próximo centro financeiro? Nos séculos XIII e XIV, foi Bruges, com o advento do mercantilismo; nos séculos XIV a XVI, Veneza, com suas corporações marítimas e a conquista do Oriente; no século XVI, Antuérpia, graças à revolução gráfica de Gutenberg.

Em fins do século XVI e início do XVII, foi Gênova, verdadeiro paraíso fiscal; nos séculos XVIII e XIX, Londres, devido à máquina a vapor e a Revolução Industrial; na primeira metade do século XX, Nova York, com o uso da energia elétrica; na segunda, Los Angeles, com o Vale do Silício. Qual será o próximo?

Tudo indica que o poderio econômico dos EUA tende a encolher, suas empresas perdem mercados para a China, a crise ecológica afeta sua qualidade de vida. Caminhamos para um mundo policêntrico, com múltiplos centros regionais de poder.

A agricultura se industrializa, a urbanização invade a zona rural, o tempo é mercantilizado. Há o risco de, no futuro, todos os serviços serem pagos: educação, saúde, segurança e lazer.

Torna-se difícil distinguir entre trabalho, consumo, transporte, lazer e estudo. A vida urbana comprime multidões e, paradoxalmente, induz à solidão. O salário se gasta predominantemente em compra de serviços: educação, saúde, transporte e segurança.

Antes de 2030, todos se conectarão a todas as redes de informação por infraestruturas de alta fluidez, móveis e fixas, do tipo Google. A nanotecnologia produzirá computadores cada vez menores e portáteis. Multiplicar-se-ão os robôs domésticos.

O mundo envelhece. As cidades crescem. Se, de um lado, escasseiam bens insubstituíveis, de outro, produzem-se tecnologias que facilitam a redução do consumo de energia, o tratamento do lixo, o replanejamento das cidades e dos transportes.

O tempo se torna a única verdadeira raridade. Gasta-se menos tempo para produzir e mais para consumir. Assim, o tempo que um computador requer para ser confeccionado não se compara com aquele que o usuário dedicará para usá-lo.

Os produtos postos no mercado são "cronófagos", isto é, devoram o tempo das pessoas. Basta observar como se usa o telefone celular. Objeto de multiuso, cada vez mais ele se impõe como sujeito com o poder de absorver o nosso tempo, a nossa atenção, até mesmo a nossa devoção.

Ainda que cercados de pessoas, ao desligar o celular nos sentimos exilados em uma ilha virtual. Do outro lado da janelinha eletrônica, o capital investido nas operadoras agradece tão veloz retorno...

Náufragos da modernidade líquida, há uma luta a se travar no que se refere à subjetividade: deixar-se devorar pelas garras do polvo tecnológico, que nos cerca por todos os lados, ou ousar exercer domínio sobre o tempo pessoal e reservar algumas horas à meditação, à oração, ao estudo, às amizades e à ociosidade amorosa. Há que decidir!

(Disponível em: <http://www.domtotal.com/colunas/detalhes.php?artId=5121>.

Acesso em: 02/07/2015)

**1) A partir da leitura atenta do texto, é correto afirmar que:**

- Partindo de uma trajetória histórica dos centros econômicos, o autor pretende mostrar que a realidade atual não difere do que já fora vivido pela humanidade.
- A identificação do possível próximo centro econômico do mundo contribuiria, segundo o autor, para uma melhor compreensão da dinâmica da modernidade.
- Ao longo do texto, o autor faz previsões que não estabelecem relação direta com elementos da realidade moderna.
- Os indivíduos modernos sempre gastam, consumindo seus bens, o mesmo tempo que levam para produzi-los.
- Embora, com o avanço da tecnologia, bens insubstituíveis tornem-se escassos; é possível perceber que esse mesmo avanço gere contribuições positivas para o futuro da humanidade.

**2) O texto, no último parágrafo, caracteriza os homens atuais como "Náufragos da modernidade líquida". Nesse sentido, de acordo com as ideias apresentadas no texto, pode-se inferir que a "Modernidade líquida" corresponde:**

- ao poder econômico de um único novo grande centro industrial
- ao alto capital investido pelas operadoras de celulares.
- à realidade em que tanto bens, quanto relações afetivas são passageiros.
- à pequena parcela do tempo que, na atualidade, reserva-se ao emprego de novas tecnologias.
- à época em que os homens dominavam a tecnologia e não o contrário.

**Considere o fragmento "A agricultura se industrializa, a urbanização invade a zona rural" (4º§), para responder às questões 3 e 4 seguintes.**

**3) Nele, o autor faz um jogo de palavras para reforçar os efeitos da modernidade. Assinale a opção que traz um comentário INCORRETO sobre a estrutura gramatical do trecho em análise.**

- Na primeira oração, a oposição semântica ocorre entre o sujeito e o verbo.
- A segunda oração está na voz ativa, diferentemente da primeira.
- O pronome "se" cumpre papel reflexivo na primeira oração.
- Na segunda oração, a oposição semântica ocorre entre o sujeito e o objeto.
- Os dois verbos estão flexionados no mesmo tempo verbal.

**4) A vírgula une as duas orações deixando implícita uma relação de sentido que há entre elas. Tal relação pode ser entendida como de:**

- exclusão
- oposição
- finalidade
- simultaneidade
- condição

**5) No 6º parágrafo, tem-se a forma verbal "Multiplicar-se-ão", na qual o pronome oblíquo encontra-se em posição mesoclítica. Assinale a opção em que se ERRA, de acordo com a norma padrão, na colocação pronominal.**

- "A agricultura se industrializa"(4º§)
- "Torna-se difícil distinguir entre trabalho, consumo" (5º§)
- "Antes de 2030, todos se conectarão a todas as redes" (6º§)
- "de outro, produzem-se tecnologias " (7º§)
- "Objeto de multiuso, cada vez mais ele se impõe como sujeito" (9º§)

Considere o fragmento transcrito a seguir para responder às questões 6 e 7 seguintes.

“O mundo envelhece. As cidades crescem. Se, de um lado, escasseiam bens insubstituíveis, de outro, produzem-se tecnologias **que** facilitam a redução do consumo de energia, o tratamento do lixo, o replanejamento das cidades e dos transportes.” (7º§)

6) Sobre o trecho, analise as afirmativas a seguir e assinale a alternativa correta.

- É formado por duas orações absolutas e um período composto por coordenação.
  - Entre os dois primeiros períodos há uma relação temporal que poderia ser expressa pela conjunção “quando”.
  - O terceiro período é formado por três orações.
  - No terceiro período, identifica-se uma oração subordinada adjetiva.
- Todas as afirmativas estão corretas
  - Apenas a afirmativas III está correta
  - Apenas as afirmativas I, II e IV estão corretas.
  - Apenas a afirmativa II está correta
  - Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.

7) A respeito da palavra “**que**”, em destaque no fragmento, assinale, dentre as alternativas abaixo, aquela em que tal vocábulo possua as mesmas características morfossintáticas.

- Espero que tudo ocorra bem.
- Que lindo!
- Eu li o livro que você me deu.
- Dormiu tanto que perdeu a hora.
- O rapaz que chegou era meu amigo.

8) No quinto parágrafo, o autor mostra a existência de um paradoxo que está corretamente materializado, segundo a ideia desenvolvida, pelo seguinte par de vocábulos:

- Trabalho X consumo
- Multidões X solidão
- Lazer X estudo
- Transporte X segurança
- Educação X saúde

9) Em “deixar-se devorar pelas garras do polvo tecnológico, que nos cerca por todos os lados”, no último parágrafo, a linguagem conotativa está evidenciada pelo uso de:

- uma metáfora
- uma metonímia
- uma ironia
- um pleonasma
- uma gradação

Texto II



<http://pedagogiaaestics.blogspot.com.br/2011/09/charge-mauricio-ricardo.html/>. Acesso em 05/07/2015)

10) Os textos I e II dialogam no que diz respeito ao espaço ocupado pela tecnologia na vida do homem moderno. Analise as afirmativas a seguir, que versam sobre a relação entre os textos e seus respectivos processos de composição, e assinale a alternativa correta:

- O texto I, por meio de um percurso histórico, tece sua crítica ao demasiado apelo tecnológico do mundo atual.
  - O universo escolar é o ponto de partida da charge, que o utiliza para mostrar ao leitor o poder da tecnologia, exclusivamente, sobre as crianças.
  - Embora os textos coincidam tematicamente, no texto II não há defesa de uma ideia uma vez que, na charge, a associação entre elementos verbais e não-verbais impede esse tipo de atitude.
  - Por tratarem de campos distintos da atividade humana – o histórico-cultural e o escolar – os textos I e II complementam-se, efetivando uma abordagem crítica acerca do tema.
- Apenas as afirmativas II e IV estão corretas.
  - Apenas as afirmativas I e IV estão corretas.
  - Todas as afirmativas estão corretas.
  - Apenas as afirmativas I e III estão corretas
  - Apenas afirmativa I está correta

### MATEMÁTICA / RACIOCÍNIO LÓGICO

11) De acordo com a sequência lógica 1,A,3,E,6,I,10,M,15,Q,..., o 12º termo e o 13º termo da sequência, considerando o alfabeto de 26 letras, são, respectivamente:

- T, 21
- U, 21
- V, 28
- U, 28
- T, 26

12) Maurício gastou  $\frac{3}{7}$  de 42% de seu salário em compras no shopping e  $\frac{5}{41}$  do restante com alimentação e ainda lhe restaram R\$ 1.800,00. Nessas condições, o valor do salário de Maurício é igual a:

- R\$ 3.700,00
- R\$ 2.500,00
- R\$ 1.800,00
- R\$ 2.578,00
- R\$ 3.400,00

13) Numa eleição para escolha de síndico, em que concorreram dois candidatos, os moradores de um edifício poderiam votar nos dois, em um ou em nenhum deles. O resultado foi: 48 votos para o candidato 1; 53 votos para o candidato 2 e 17 votos para os dois candidatos. Se cada morador podia votar uma única vez e todos votaram em pelo um dos dois candidatos, então é correto afirmar que:

- O total de votos foi 118.
- 31 moradores votaram somente no candidato 2.
- 36 moradores votaram somente no candidato 1.
- O total de votos foi 67.
- 67 moradores votaram em somente um dos dois candidatos.

14) Duas proposições têm o mesmo valor lógico que é falso. Nessas condições, é correto afirmar que:

- O condicional entre as proposições tem valor lógico verdade.
- A conjunção entre as proposições tem valor lógico verdade.
- O bicondicional entre as proposições tem valor lógico falso.
- A disjunção entre as proposições tem valor lógico verdade.
- A negação da conjunção entre as proposições tem valor lógico falso.

- 15) A frase “Se o time jogou bem, então foi campeão” é equivalente a:
- O time jogou bem e foi campeão.
  - O time não jogou bem ou não foi campeão.
  - O time não jogou bem ou foi campeão.
  - Se o time não jogou bem, então não foi campeão.
  - O time jogou bem se, e somente se, foi campeão.

**NOCÕES DE INFORMÁTICA**

- 16) Ao iniciar o Windows 7 pela primeira vez, o ícone denominado tecnicamente de Lixeira apresenta-se originalmente:
- na barra de tarefas.
  - na área de trabalho.
  - no navegador da internet.
  - no plano de fundo.
  - na área de transferência.
- 17) URL (Uniform Resource Locator) é um formato universal para designar um recurso disponível em uma rede, seja ela Internet ou Intranet. Identifique abaixo a URL que seja válida tecnicamente:
- http:www.uol.com.br
  - concurso@uol.com.br
  - http://www.uol.com.br/
  - http//@www.uol.com.br
  - concurso@www.uol.com.br
- 18) Com base na planilha do Excel 2007 abaixo, assinale a alternativa que apresenta o resultado da fórmula: =(C2+25)/SOMA(A1:B2)

	A	B	C
1	1	2	3
2	3	4	5

- 3
  - 4
  - 5
  - 6
  - 7
- 19) No Microsoft Word 2007 a opção para aplicarmos negrito ou itálico, ou ainda sublinhado, em algum texto previamente selecionado é apresentado na guia:
- Layout da Página
  - Revisão
  - Exibição
  - Início
  - Inserir
- 20) A guia Exibição tem a função de modificar a maneira como os slides serão exibidos no PowerPoint 2010, para alterar a exibição é necessário clicar no modo de exibição desejado. Os modos de exibição de apresentação são:
- Padrão, Apresentação em Slides, Anotações e Modo de Exibição de Leitura.
  - Padrão, Apresentação em Slides, Diário e Exibição em PDF.
  - Normal, Classificação de Slides, Diário e Exibição em PDF.
  - Padrão, Classificação de Slides, Anotações e Exibição em PDF.
  - Normal, Classificação de Slides, Anotações e Modo de Exibição de Leitura.

- 21) Foi divulgado no site [www.tribunadabahia.com.br](http://www.tribunadabahia.com.br) de 06.07.2015: “Cerca de 490 mil moradores de dez municípios baianos estão sendo beneficiados por obras de saneamento e mobilidade urbana autorizadas nesta segunda-feira (6/7).” Sobre o tema, leia as sentenças abaixo, e assinale a alternativa correta:
- Teixeira de Freitas, no norte da Bahia, deverá ser o município que irá receber maior volume de investimentos.
  - Deverão ser feitas obras de infraestrutura urbana, abastecimento, saneamento, tratamento de água.
  - As obras de saneamento vão atender aos municípios de Camaçari, Dias D’Ávila, Irecê, Teixeira de Freitas e Salvador.
- Apenas I e II estão corretas.
  - Apenas I e III estão corretas.
  - Apenas II e III estão corretas.
  - Todas as afirmativas estão corretas.
  - Todas as afirmativas estão incorretas.

- 22) O Estado da Bahia está localizado na Região Nordeste do Brasil, e tem como capital Salvador. Sobre o Estado da Bahia, destinos a serem conhecidos, limites, geografia, leia as sentenças abaixo, atribua valores verdadeiro (V) ou falso (F) e assinale a alternativa que representa a sequência correta de cima para baixo:
- O Estado da Bahia faz divisa com Minas Gerais, Espírito Santo, Goiás, Tocantins, Piauí, Pernambuco, Alagoas e Sergipe, e é banhada a leste pelo Oceano Atlântico.
  - Cerca de 180 km, entre os municípios de Itacaré e Canavieiras, formam a chamada Costa do Cacau.
  - A Bahia de todos os Santos, chapada Diamantina, Costa do Cacau, Costa do Dendê, Costa do Descobrimento, Costa dos Coqueiros, o Vale do São Francisco, são alguns dos principais destinos considerados no Estado da Bahia.
- F, V, F.
  - V, F, V.
  - F, F, V.
  - V, V, F.
  - V, V, V.

- 23) Foi divulgado no [g1.globo.com](http://g1.globo.com) de 30.06.2015: “Grécia não paga dívida de € 1,6 bilhão ao FMI e entra em moratória.” Sobre a crise na Grécia, leia as sentenças abaixo e assinale a resposta correta:
- A Grécia enfrenta uma forte crise econômica por ter gasto mais do que podia.
  - Se a Grécia não pagar o FMI, originar-se-á uma situação que poderá resultar na saída do país da Zona do Euro.
  - Assustados com a crise, os gregos iniciaram uma corrida aos bancos para retirar seu dinheiro das instituições. Com a onda de retiradas, o governo anunciou “feriado bancário”.
- Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
  - Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
  - Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
  - Todas as afirmativas estão corretas.
  - Todas as afirmativas estão incorretas.

24) Está no site da revista Exame [exame.abril.com.br](http://exame.abril.com.br) de 07.07.2015: “Trabalhadores paralisam contra venda de ativos da Petrobras.” Trabalhadores ligados ao sindicato das empresas de distribuição de combustíveis do estado do Rio de Janeiro (Sintramico-RJ) decidiram, em assembleia, parar as atividades no próximo dia 24 em protesto contra o Plano de Negócios da Petrobras 2015-2019. Sobre o Plano de Negócios da Petrobras 2015-2019, a Petrobras, a crise da Petrobras e assuntos pertinentes, leia as sentenças abaixo e assinale a alternativa correta:

- I. O Plano de Negócios da Petrobras 2015-2019, entre outros pontos, prevê a venda de ativos (patrimônio) da empresa, a redução de investimentos, além da venda de ações.
  - II. A carteira de investimentos do Plano prioriza projetos de exploração e produção (E&P) de petróleo no Brasil, com ênfase no pré-sal. Nas demais áreas de negócios, os investimentos destinam-se, basicamente, à manutenção das operações e a projetos relacionados ao escoamento da produção de petróleo e gás natural.
  - III. As riquezas do pré-sal não sofrem ameaças alguma pela crise financeira da empresa. A Petrobras é uma empresa sólida, mantém intactas suas atividades produtivas, sua valorização de mercado, sua imagem perante os investidores, sem prejuízos financeiros, ou de alguma outra ordem.
- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
  - b) Apenas as afirmativas I e III estão corretas.
  - c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
  - d) Todas as afirmativas estão corretas.
  - e) Todas as afirmativas estão incorretas.

25) De acordo com o site [g1.globo.com](http://g1.globo.com) de 02.07.2015: “Câmara aprova proposta para reduzir maioria.” Sobre o tema, maioria penal, PEC 171/93 e assuntos pertinentes, leia as sentenças abaixo, atribua valores verdadeiro ou falso e assinale a alternativa que representa a sequência correta de cima para baixo:

- ( ) Entre outros pontos, a proposta determina que maiores de 16 anos respondam como adultos por crimes graves considerados na lei.
- ( ) A população brasileira é extremamente contra a redução da maioria penal pois não há registros de índices consideráveis de criminalidade envolvendo menores de 16 anos no Brasil.
- ( ) Outros países já diminuíram a maioria penal para 16 anos.
- a) V, V, V.
  - b) V, F, V.
  - c) F, F, V.
  - d) V, F, F.
  - e) V, V, F.

#### NOÇÕES GERAIS DE IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO

26) Assinale a alternativa correta sobre as matérias indicadas expressamente na Lei Federal nº 12.888, de 20 de julho de 2010 (Estatuto da Igualdade Racial) como sendo de estudo obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.

- a) Estudo dos problemas brasileiros e História geral da África.
- b) História das populações indígenas no Brasil e História da população negra no Brasil.
- c) História geral da África e História da população negra no Brasil.
- d) História das populações indígenas no Brasil e História geral da África.
- e) Estudo dos problemas brasileiros e História das populações indígenas no Brasil.

27) Assinale a alternativa correta sobre o que a Lei Estadual nº 13.182, de 06 de junho de 2014 (Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa), regulamentada pelo Decreto estadual nº 15.353 de 08 de agosto de 2014 considera ser, em termos expressos, toda situação de diferenciação negativa no acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, ascendência, origem nacional ou étnica.

- a) Discriminação racial ou discriminação étnico-racial.
- b) Racismo institucional.
- c) Intolerância religiosa.
- d) Desigualdade racial.
- e) Desigualdade de gênero.

28) A Lei Estadual da Bahia nº 13.182, de 06 de junho de 2014 (Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa), regulamentada pelo Decreto estadual nº 15.353 de 08 de agosto de 2014 institui a reserva mínima de vagas na proporção de 30% (trinta por cento) para a população negra nos concursos públicos e processos seletivos para provimento de pessoal no âmbito da Administração Pública Direta e Indireta Estadual.

Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta, correspondente ao prazo que a mesma lei prevê para a duração dessa política afirmativa, a partir de sua publicação.

- a) Vinte e cinco anos.
- b) Dez anos.
- c) Vinte anos.
- d) Quinze anos.
- e) Cinco anos.

29) Assinale a alternativa correta sobre a pena prevista para quem “Impedir o acesso ou recusar atendimento em salões de cabeleireiros, barbearias, termas ou casas de massagem ou estabelecimento com as mesmas finalidades” nos termos da Lei Federal nº 7.716, de 05/01/1989 que define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor.

- a) Pena de reclusão de dois a quatro anos.
- b) Pena de detenção de um a três anos.
- c) Pena de serviços comunitários.
- d) Pena de pagamento de indenização por dano material.
- e) Pena de suspensão do funcionamento do estabelecimento particular por até três meses.

30) Considere as disposições da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha) e assinale a alternativa correta sobre as formas de violência contra a mulher.

- a) A referida lei prevê expressamente a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral e admite a existência de outras formas de violência para seus efeitos.
- b) A referida lei prevê expressamente a violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral e não admite a existência de outras formas de violência para seus efeitos.
- c) A referida lei prevê expressamente apenas a violência física, psicológica, e sexual e admite a existência de outras formas de violência para seus efeitos.
- d) A referida lei prevê expressamente apenas a violência física, psicológica, e moral e não admite a existência de outras formas de violência para seus efeitos.
- e) A referida lei prevê expressamente apenas a violência física, sexual e psicológica e não admite a existência de outras formas de violência para seus efeitos.

DIREITO CONSTITUCIONAL

31) Considere a classificação da Constituição Federal brasileira quanto aos aspectos da forma, mutabilidade e rigidez e assinale a alternativa correta.

- a) A Constituição Federal de brasileira de 1988 é escrita por ter sido criada por um processo democrático.
- b) A Constituição Federal brasileira de 1988 é rígida por ter pontos que não podem ser abolidos.
- c) A Constituição Federal brasileira de 1988 é mutável por permitir sua alteração ainda que contenha cláusulas pétreas.
- d) A Constituição Federal de 1988 brasileira é semirrígida, já que permite a reforma de alguns dispositivos, com exceção das chamadas cláusulas pétreas.
- e) A Constituição Federal brasileira de 1988 é semiflexível por aceitar alterações por meio de emendas.

32) Assinale a alternativa correta de acordo com o tratamento doutrinário pertinente à análise da Constituição Federal, segundo aspectos considerados relevantes.

- a) Sob o aspecto político, a Constituição pode conter normas materialmente ou formalmente constitucionais.
- b) Sob o aspecto sociológico, a Constituição não deve conter normas que evidenciem as mudanças sociais que levaram à sua elaboração.
- c) Sob o aspecto legal, a Constituição deve tratar de temas delicados para a imposição do direito natural.
- d) Sob o aspecto jurídico, a Constituição deve representar os valores dominantes na sociedade.
- e) Sob o aspecto histórico, a Constituição representa a norma original e a partir dela, determinar o suporte de validade do ordenamento legal.

33) Assinale a alternativa correta de acordo com o tratamento doutrinário pertinente à análise da Constituição Federal, segundo aspectos considerados relevantes.

- a) O Poder Constituinte Originário serve para alterar as disposições de um diploma constitucional.
- b) O Poder Constituinte Originário serve, de forma específica, criar as normas infraconstitucionais.
- c) O Poder Constituinte Originário não representa ruptura com a ordem constitucional anterior.
- d) O Poder Constituinte Originário não encontra limitação em qualquer fonte que não o seu próprio exercício.
- e) O Poder Constituinte Originário só pode ser exercido de forma democrática.

34) Assinale a alternativa correta sobre a regra do artigo 60, parágrafo primeiro da Constituição Federal brasileira de 1988 e que prevê “A Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio”.

- a) Trata-se de limitação circunstancial imposta ao Poder Constituinte Derivado.
- b) Trata-se de limitação material imposta ao Poder Constituinte Originário.
- c) Trata-se de limitação formal e material imposta ao Poder Constituinte Decorrente.
- d) Trata-se de limitação procedimental imposta ao Poder Constituinte Derivado pelo Poder Decorrente.
- e) Trata-se de limitação formal imposta a todas as formas de Poder Constituinte.

35) Assinale a alternativa correta sobre o tema da nacionalidade conforme as regras da Constituição Federal brasileira de 1988.

- a) É brasileiro naturalizado aquele que nascer na República Federativa do Brasil e for filho de estrangeiros em viagem de negócios particulares.
- b) É brasileiro naturalizado aquele que nascer no exterior sendo filho de diplomatas brasileiros em viagem oficial à época do parto.
- c) É brasileiro naturalizado aquele que adquirir a nacionalidade brasileira, exigidas, em qualquer caso, apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- d) É brasileiro nato aquele que nascer no estrangeiro, filho de pai brasileiro e mãe brasileira, desde que ambos estejam a serviço da República Federativa do Brasil.
- e) É brasileiro nato aquele que nascer na República Federativa do Brasil e for filho de estrangeiros em viagem de turismo.

36) Considere as regras da Constituição Federal brasileira de 1988 sobre nacionalidade e assinale a alternativa correta.

- a) A nacionalidade adquirida, também chamada de secundária se estabelece, necessariamente, pelos critérios da existência de parentesco entre o indivíduo e os pais que já tenham reconhecida sua nacionalidade.
- b) A aquisição de nacionalidade estrangeira por brasileiro não pode lhe representar perda do vínculo dessa natureza com a República Federativa do Brasil.
- c) A nacionalidade originária se estabelece por fatores alheios à vontade do sujeito e pode se dar por um ou pelos dois critérios identificados como territorialidade e ascendência.
- d) Uma vez adquirida a nacionalidade brasileira por naturalização, esta não será perdida senão pela vontade do naturalizado.
- e) A naturalização é meio originário de aquisição da nacionalidade.

37) Considere as regras da Constituição Federal brasileira de 1988 sobre os direitos sociais e assinale a alternativa correta.

- a) O trabalhador tem proteção do salário na forma da lei, constituindo ilícito civil sua retenção intencional.
- b) O trabalhador tem direito e proteção da duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e oito semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, apenas mediante acordo individual de trabalho.
- c) O trabalhador tem direito a aviso prévio proporcional ao tempo de serviço até o máximo de trinta dias.
- d) É prevista a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezesseis e de qualquer trabalho a menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de doze anos.
- e) O trabalhador tem direito a jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

**38) Assinale a alternativa INCORRETA com base nas regras da Constituição Federal brasileira de 1988 sobre os direitos sociais.**

- a) A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao Poder Público a interferência e a intervenção na organização sindical.
- b) É vedada a criação de mais de uma organização sindical, em qualquer grau, representativa de categoria profissional ou econômica, na mesma base territorial, que será definida pelos trabalhadores ou empregadores interessados, não podendo ser inferior à área de um Estado da federação.
- c) Ao sindicato cabe a defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou administrativas.
- d) Ninguém será obrigado a filiar-se ou a manter-se filiado a sindicato e o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- e) É vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.

**39) Considere os exatos termos da Constituição Federal brasileira de 1988 sobre a organização do Estado e assinale a alternativa correta.**

- a) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal, os territórios e os Municípios, todos autônomos entre si.
- b) É de competência privativa da União impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural.
- c) É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios emigração e imigração, entrada e expulsão de estrangeiros.
- d) Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- e) O Distrito Federal e sua divisão em Municípios reger-se-á por Constituição Distrital.

**40) Considere as regras da Constituição Federal brasileira de 1988 sobre a ordem econômica e financeira e assinale a alternativa correta.**

- a) A lei disciplinará, com base no interesse particular do indivíduo, os investimentos de capital estrangeiro, incentivará os reinvestimentos e regulará a remessa de lucros.
- b) As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.
- c) A lei reprimirá o abuso do poder econômico que vise à eliminação da concorrência e ao aumento arbitrário dos lucros não podendo, contudo, limitar as práticas de dominação dos mercados.
- d) As empresas públicas e as sociedades de economia mista poderão gozar de privilégios fiscais não extensivos às do setor privado.
- e) Dependerá de autorização ou concessão o aproveitamento do potencial de energia renovável de qualquer capacidade.

**DIREITO ADMINISTRATIVO**

**41) Considerando a doutrina brasileira sobre os poderes da Administração, analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa INCORRETA.**

- a) O chamado poder normativo esgota toda a competência normativa da Administração Pública.
- b) Os atos pelos quais a Administração exerce o seu poder normativo têm em comum com a lei o fato de emanarem normas, ou seja, atos com efeitos gerais e abstratos.
- c) Existem os atos normativos originários, aqueles emanados de um órgão estatal em virtude de competência própria, outorgada imediata e diretamente pela Constituição.
- d) Existem os atos normativos derivados, aqueles que têm por objetivo a explicitação ou especificação de um conteúdo normativo preexistente, visando à sua execução no plano da prática.
- e) Admitem-se dois tipos de regulamentos, o regulamento executivo e o regulamento independente ou autônomo.

**42) Assinale a alternativa correta que indica os bens públicos que são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.**

- a) Todos os bens públicos.
- b) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial.
- c) Os bens públicos de uso comum especial e os dominicais.
- d) Apenas os bens dominicais.
- e) Todos os bens públicos que não sejam de uso especial.

**43) Assinale a alternativa INCORRETA nos termos das normas brasileiras sobre licitações e legislação pertinente.**

- a) Em regra geral, as licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão à seguinte sequência: projeto básico, projeto executivo e execução das obras e serviços.
- b) É vedado incluir no objeto da licitação a obtenção de recursos financeiros para sua execução, qualquer que seja a sua origem, exceto nos casos de empreendimentos executados e explorados sob o regime de concessão, nos termos da legislação específica.
- c) A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto básico, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, desde que também autorizado pela Administração.
- d) É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório.
- e) Não será ainda computado como valor da obra ou serviço, para fins de julgamento das propostas de preços, a atualização monetária das obrigações de pagamento, desde a data final de cada período de aferição até a do respectivo pagamento, que será calculada pelos mesmos critérios estabelecidos obrigatoriamente no ato convocatório.

**44) Considere as normas brasileiras sobre licitações e assinale a alternativa correta quanto aos termos e definições previstos na Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.**

- a) empreitada por preço unitário - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo e total;
- b) empreitada por preço global - quando se contrata a execução da obra ou do serviço por preço certo de unidades determinadas;
- c) compra - quando se ajusta mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de materiais;
- d) empreitada integral - quando se contrata um empreendimento em sua integralidade, compreendendo todas as etapas das obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da contratada até a sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para que foi contratada.
- e) Projeto Executivo - conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução.

**45) Assinale a alternativa correta quanto aos registros cadastrais para efeitos de licitação conforme prevê a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.**

- a) Para os fins da referida lei, os órgãos e entidades da Administração Pública que realizem frequentemente licitações manterão registros cadastrais para efeito de habilitação, na forma regulamentar, válidos por, no máximo, cinco anos.
- b) O registro cadastral deverá ser amplamente divulgado e deverá estar permanentemente aberto aos interessados.
- c) A unidade responsável pelo registro cadastral está obrigada a proceder, no mínimo semestralmente, através da imprensa oficial e de jornal diário, a chamamento público para a atualização dos registros existentes e para o ingresso de novos interessados.
- d) É vedado às unidades administrativas utilizarem-se de registros cadastrais de outros órgãos ou entidades da Administração Pública.
- e) A atuação do licitante no cumprimento de obrigações assumidas não será anotada no respectivo registro cadastral.

**46) Assinale a alternativa correta quanto à formalização dos contratos conforme prevê a Lei Federal nº 8.666, de 21/06/1993 que regulamenta o artigo 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.**

- a) É nulo e de nenhum efeito qualquer contrato verbal com a Administração.
- b) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, que não sejam feitas em regime de adiantamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 15% (quinze por cento) do limite estabelecido para o convite nas compras e serviços não referentes a obras e serviços de engenharia.
- c) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, que não sejam feitas em regime de adiantamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 10% (dez por cento) do limite estabelecido para a tomada de preços nas compras e serviços não referentes a obras e serviços de engenharia.
- d) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras, feitas em regime de adiantamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 1% (um por cento) do limite estabelecido para o convite nos serviços de engenharia.
- e) É nulo e de nenhum efeito o contrato verbal com a Administração, salvo o de pequenas compras de pronto pagamento, feitas em regime de adiantamento, assim entendidas aquelas de valor não superior a 5% (cinco por cento) do limite estabelecido para o convite nas compras e serviços não referentes a obras e serviços de engenharia.

**47) Assinale a alternativa correta quanto ao processo administrativo no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia.**

- a) É inadmissível a prova emprestada de qualquer espécie.
- b) É admitida a prova emprestada, produzida validamente em outro processo administrativo ou processo judicial, independentemente do exercício do direito ao contraditório sobre tal prova.
- c) É admitida a prova emprestada, apenas se tiver sido produzida validamente em processo judicial.
- d) É admitida a prova emprestada, produzida validamente em outro processo administrativo ou processo judicial, desde que seja garantido ao postulante ou ao notificado o exercício do direito ao contraditório sobre tal prova.
- e) É admitida a prova emprestada, apenas se tiver sido produzida validamente em outro processo administrativo.

**48) Considere as normas aplicáveis ao processo administrativo no âmbito da Administração direta e das entidades da Administração indireta, regidas pelo regime de direito público, do Estado da Bahia e assinale a alternativa correta.**

- a) Quando não houver elementos suficientes para a abertura imediata do processo sancionatório, deverá ser instaurado inquérito policial, meio exauriente de apuração destinado a colher provas de autoria e materialidade do fato ilícito.
- b) É vedada a instalação de qualquer procedimento de sindicância no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado da Bahia.
- c) Quando não houver elementos suficientes para a abertura imediata do processo sancionatório, deverá ser instaurada sindicância investigativa, a ser conduzida por servidores efetivos e estáveis, e concluída no prazo de 20 (vinte) dias, prorrogável uma única vez por igual período.
- d) Quando não houver elementos suficientes para a abertura imediata do processo sancionatório, deverá ser instaurada sindicância investigativa, a ser conduzida por quaisquer servidores efetivos ou não, e concluída no prazo improrrogável de 30 (trinta).
- e) Quando não houver elementos suficientes para a abertura imediata do processo sancionatório, a autoridade administrativa deverá se abster de qualquer ato.

49) Considere as normas da Lei Federal nº 8.429 de 02/06/1992 que dispõe sobre as sanções aplicáveis aos agentes públicos nos casos de enriquecimento ilícito no exercício de mandato, cargo, emprego ou função na administração pública direta, indireta ou fundacional e dá outras providências e assinale a alternativa correta.

- a) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na referida lei podem ser propostas até cinco anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança e dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.
- b) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na referida lei podem ser propostas até três anos após a prática do ato punível e dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.
- c) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na referida lei podem ser propostas até três anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de confiança e dentro do prazo prescricional previsto em lei específica para faltas disciplinares puníveis com demissão a bem do serviço público, nos casos de exercício de cargo efetivo ou emprego.
- d) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na referida lei podem ser propostas até três anos após a prática do ato punível em qualquer caso.
- e) As ações destinadas a levar a efeitos as sanções previstas na referida lei podem ser propostas até dois anos após a prática do ato punível em qualquer caso.

50) Analise as afirmações abaixo e assinale a alternativa correta quanto ao entendimento de Maria Sylvia Zanella Di Pietro sobre o serviço público.

- a) Apesar do princípio da mutabilidade do regime jurídico ou da flexibilidade dos meios aos fins, o estatuto dos funcionários não pode ser alterado, tampouco os contratos podem ser alterados ou mesmo rescindidos unilateralmente.
- b) Pelo princípio da continuidade do serviço público os contratos administrativos não sofrem a imposição de prazos rigorosos.
- c) Pelo princípio da continuidade do serviço público os contratos administrativos não sofrem a aplicação da teoria da imprevisão.
- d) O princípio da continuidade do serviço público garante a aplicabilidade da *exceptio non adimpleti contractus* contra a Administração.
- e) O princípio da mutabilidade do regime jurídico ou da flexibilidade dos meios aos fins autoriza mudanças no regime de execução do serviço para adaptá-lo ao interesse público, que é sempre variável no tempo.

51) Assinale a alternativa correta sobre o que constitui a posição hierarquizada de cargos da mesma denominação dentro da categoria funcional no âmbito do Estatuto do Servidor Público Civil do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei estadual nº 6.677 de 26 de setembro de 1994).

- a) Referência.
- b) Grupo ocupacional.
- c) Classe.
- d) Carreira.
- e) Lotação.

52) Assinale a alternativa correta sobre o que o Estatuto do Servidor Público Civil do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei estadual nº 6.677 de 26 de setembro de 1994) considera ser promoção dentre as formas de provimento de cargo público.

- a) Retorno do aposentado por invalidez, quando os motivos determinantes da aposentadoria forem declarados insubsistentes por junta médica oficial.
- b) Elevação do servidor ocupante de cargo de provimento permanente, dentro da categoria funcional a que pertence, pelos critérios de merecimento e antiguidade.
- c) Aquisição de estabilidade do servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento permanente ao completar 03 (três) anos de efetivo exercício.
- d) Submissão ao período de 03 (três) anos, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.
- e) Aceitação expressa das atribuições, deveres e responsabilidades inerentes ao cargo público, com o compromisso de bem servir, formalizada com a assinatura de termo pela autoridade competente e pelo servidor.

53) Assinale a alternativa correta sobre as disposições do Estatuto do Servidor Público Civil do Estado da Bahia, das Autarquias e das Fundações Públicas Estaduais (Lei estadual nº 6.677 de 26 de setembro de 1994).

- a) Readaptação é a movimentação do servidor, com o respectivo cargo, com ou sem mudança de sede, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder e natureza jurídica, cujos planos de cargos e vencimentos sejam idênticos, de acordo com o interesse da administração.
- b) Remoção é o deslocamento do servidor, a pedido ou de ofício, com preenchimento de claro de lotação, no âmbito do mesmo quadro, com ou sem mudança de sede.
- c) A exoneração do servidor ocupante de cargo de provimento temporário dar-se-á apenas a seu pedido.
- d) Relotação é o cometimento ao servidor de novas atribuições, compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, comprovada por junta médica oficial, garantida a remuneração do cargo de que é titular.
- e) A vacância do cargo decorrerá apenas de exoneração, demissão ou aposentadoria.

54) Considere as disposições da Lei Federal nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e assinale a alternativa correta.

- a) Requerido o arquivamento dos documentos relativos à constituição da companhia, os seus administradores providenciarão, nos 30 (trinta) dias subsequentes, a publicação deles, bem como a de certidão do arquivamento, em órgão oficial do local de sua sede.
- b) Requerido o arquivamento dos documentos relativos à constituição da companhia, os seus administradores providenciarão, nos 60 (sessenta) dias subsequentes, a publicação deles, bem como a de certidão do arquivamento, em órgão oficial do local de sua sede.
- c) Arquivados os documentos relativos à constituição da companhia, os seus administradores providenciarão, nos 45 (quarenta e cinco) dias subsequentes, a publicação deles, bem como a de certidão do arquivamento, em órgão oficial do local de sua sede e da respectiva capital da unidade federativa.
- d) Arquivados os documentos relativos à constituição da companhia, os seus administradores providenciarão, nos 30 (trinta) dias subsequentes, a publicação deles, bem como a de certidão do arquivamento, em órgão oficial do local de sua sede.
- e) Requerido o arquivamento dos documentos relativos à constituição da companhia, os seus administradores providenciarão, nos 60 (sessenta) dias subsequentes, a publicação deles, bem como a de certidão do arquivamento, em órgão oficial da capital da unidade federativa de sua sede.

**55) Considere as disposições da Lei Federal nº 8.934 de 18 de novembro de 1994 e assinale a alternativa correta, sobre o processo decisório do registro na forma da referida lei.**

- a) Estão sujeitos ao regime de decisão colegiada pelas juntas comerciais, o arquivamento dos atos de constituição de sociedades anônimas.
- b) Estão sujeitas ao regime de decisão colegiada pelas juntas comerciais, as matrículas dos trapicheiros.
- c) Estão sujeitas ao regime de decisão colegiada pelas juntas comerciais, todas as autenticações.
- d) Estão sujeitos ao regime de decisão singular pelas juntas comerciais, o arquivamento das atas de assembleias gerais de sociedades anônimas.
- e) Estão sujeitos ao regime de decisão singular pelas juntas comerciais, o arquivamento dos atos referentes à incorporação de empresas mercantis.

**56) Considere as disposições da Lei Federal nº 10.610 de 20 de dezembro de 2002 e assinale a alternativa correta.**

- a) As empresas jornalísticas deverão apresentar, até o final do mês de janeiro, aos órgãos de registro comercial ou de registro civil das pessoas jurídicas, declaração com a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos dez por cento do capital total e do capital votante.
- b) As empresas jornalísticas deverão apresentar, até o final do mês de janeiro, aos órgãos de registro comercial ou de registro civil das pessoas jurídicas, declaração com a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de cinco anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos cinquenta por cento do capital total e do capital votante.
- c) As empresas jornalísticas deverão apresentar, semestralmente, aos órgãos de registro comercial ou de registro civil das pessoas jurídicas, declaração com a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de cinco anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos trinta por cento do capital total e do capital votante.
- d) As empresas jornalísticas deverão apresentar, até o final do mês de janeiro, aos órgãos de registro comercial ou de registro civil das pessoas jurídicas, declaração com a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de quinze anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos vinte por cento do capital total e do capital votante.
- e) As empresas jornalísticas deverão apresentar, até o último dia útil de cada ano, aos órgãos de registro comercial ou de registro civil das pessoas jurídicas, declaração com a composição de seu capital social, incluindo a nomeação dos brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos titulares, direta ou indiretamente, de pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante.

**57) Assinale a alternativa correta com fundamento nas disposições da Lei Federal nº 10.610 de 20 de dezembro de 2002 sobre como deve ser considerado o acordo entre sócios que, direta ou indiretamente, confira a estrangeiros ou a brasileiros naturalizados há menos de dez anos, participação no capital total e no capital votante de empresas jornalísticas e de radiodifusão, em percentual de 35% (trinta e cinco por cento).**

- a) Anulável apenas por iniciativa de um dos contratantes.
- b) Regular para todos os efeitos.
- c) Regular em relação a terceiros.
- d) Nulo de pleno direito.
- e) Regular desde que devidamente arquivado nos órgãos de registro comercial ou de registro civil das pessoas jurídicas.

**58) Considere as disposições da Instrução Normativa nº 06, de 05/12/2013 do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI) que disciplina o arquivamento de atos de Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas no Brasil e assinale a alternativa correta.**

- a) Os atos constitutivos de Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas, apresentados ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, deverão atender ao cumprimento da condição de que a participação do conjunto dos investidores nacionais de cada um dos dois países seja de, no mínimo, trinta e cinco por cento do capital social da empresa.
- b) Os atos constitutivos de Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas, apresentados ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, deverão atender ao cumprimento da condição de que o conjunto dos investidores nacionais de cada um dos dois países tenha direito de eleger, no mínimo, um membro de pelo menos um dos órgãos de administração ou dois membros do órgão de fiscalização interna da empresa.
- c) Os atos constitutivos de Empresas Binacionais Brasileiro-Argentinas, apresentados ao Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins, deverão atender ao cumprimento da condição de que ao menos oitenta por cento do capital social e dos votos pertençam a investidores nacionais da República Federativa do Brasil e da República Argentina, assegurando-lhes o controle real e efetivo da Empresa Binacional, entendendo-se por controle real e efetivo da empresa a titularidade da maioria de seu capital votante e o exercício de fato e de direito do poder decisório para gerir suas atividades.
- d) O arquivamento de ato de instituições financeiras independe de aprovação prévia do Banco Central do Brasil.
- e) Apenas o aumento ou redução de capital nas Empresas Binacionais que envolva modificação da estrutura societária, exigirá o prévio consentimento da Autoridade de Aplicação.

59) Considere as disposições da Instrução Normativa nº 05, de 05/12/2013 do Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI) e assinale a alternativa correta.

- a) O empresário individual, a empresa individual de responsabilidade Ltda – Eireli, a sociedade Empresária e a cooperativa, que não procederem a qualquer arquivamento no período de 5 (cinco) anos, contados da data do último arquivamento, deverão comunicar à Junta Comercial que desejam manter-se em funcionamento, sob pena de serem considerados inativos, promovendo a suspensão do registro, mantida a proteção do seu nome empresarial.
- b) O empresário individual, a empresa individual de responsabilidade Ltda – Eireli, a sociedade Empresária e a cooperativa, que não procederem a qualquer arquivamento no período de 15 (quinze) anos, contados da data do último arquivamento, deverão comunicar à Junta Comercial que desejam manter-se em funcionamento, sob pena de serem considerados inativos, promovendo a suspensão do registro, mantida a proteção do seu nome empresarial.
- c) O empresário individual, a empresa individual de responsabilidade Ltda – Eireli, a sociedade Empresária e a cooperativa, que não procederem a qualquer arquivamento no período de 10 (dez) anos, contados da data do último arquivamento, deverão comunicar à Junta Comercial que desejam manter-se em funcionamento, sob pena de serem considerados inativos, promovendo o cancelamento do registro, mantida a proteção do seu nome empresarial.
- d) O empresário individual, a empresa individual de responsabilidade Ltda – Eireli, a sociedade Empresária e a cooperativa, que não procederem a qualquer arquivamento no período de 5 (cinco) anos, contados da data do último arquivamento, deverão comunicar à Junta Comercial que desejam manter-se em funcionamento, sob pena de serem considerados inativos, promovendo o cancelamento do registro, com a perda automática da proteção do seu nome empresarial.
- e) O empresário individual, a empresa individual de responsabilidade Ltda – Eireli, a sociedade Empresária e a cooperativa, que não procederem a qualquer arquivamento no período de 10 (dez) anos, contados da data do último arquivamento, deverão comunicar à Junta Comercial que desejam manter-se em funcionamento, sob pena de serem considerados inativos, promovendo o cancelamento do registro, com a perda automática da proteção do seu nome empresarial.

60) Considere as disposições do Regimento interno da Junta Comercial do Estado da Bahia, consubstanciado no Decreto nº 14.083 de 08 de agosto de 2012 e na Resolução nº 17/2012 do Plenário da JUCEB, e assinale a alternativa correta sobre funcionamento do plenário e das turmas.

- a) O Plenário reunir-se-á uma vez por mês, em sessão ordinária, e extraordinariamente, quando convocado, obedecendo o limite de até 02 (duas) reuniões mensais.
- b) As reuniões extraordinárias realizar-se-ão por convocação do Presidente ou a requerimento de 3/5 (três quintos) dos Vogais, sempre por motivo justificado.
- c) Sempre que houver impedimento no dia marcado, as sessões realizar-se-ão no terceiro dia útil subsequente.
- d) As sessões serão obrigatoriamente públicas quando houver assunto disciplinar ou de perda de cargo de Vogal.
- e) O quorum de funcionamento e de deliberação é constituído de metade dos Vogais integrantes do Plenário e será verificado no livro de presença às sessões.

## DIREITO EMPRESARIAL

61) Considerando as disposições do código civil brasileiro sobre a inscrição do empresário, assinale a alternativa correta.

- a) O empresário só pode instituir sucursal, filial ou agência no mesmo lugar a que está sujeita a inscrição originária.
- b) O empresário só pode instituir sucursal em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, sendo tal ato vedado em relação à filial ou agência.
- c) O empresário só pode instituir filial em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, sendo tal ato vedado em relação à sucursal ou agência.
- d) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também inscrevê-la, com a prova da inscrição originária.
- e) O empresário só pode instituir agência em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, sendo tal ato vedado em relação à sucursal ou filial.

62) O código civil brasileiro estabelece requisitos para que o Registro Público de Empresas Mercantis a cargo das Juntas Comerciais aceite registrar contratos ou alterações contratuais de sociedade que envolva sócio incapaz. Sobre isso, assinale a alternativa correta sobre a regularidade de tais atos.

- a) Basta que o sócio incapaz não exerça a administração da sociedade.
- b) Basta que o capital social esteja totalmente integralizado.
- c) Basta que o sócio sem capacidade civil plena esteja assistido ou representado conforme for o caso.
- d) Basta que e o sócio sem capacidade civil plena não exerça a administração da sociedade e que esteja assistido ou representado conforme for o caso.
- e) O sócio incapaz não poderá exercer a administração da sociedade, o capital social deverá estar totalmente integralizado e o sócio sem capacidade civil plena deverá estar assistido ou representado conforme for o caso.

63) Considere as disposições do código civil brasileiro sobre o direito societário e assinale a alternativa correta.

- a) Enquanto não inscritos os atos constitutivos, reger-se-á a sociedade, para todos os efeitos, pelo disposto para a Sociedade em Comandita Simples, observadas, subsidiariamente e no que com ele forem compatíveis, as normas da sociedade em comum.
- b) Enquanto não inscritos os atos constitutivos, reger-se-á a sociedade, para todos os efeitos, pelo disposto para a Sociedade em Comandita Simples, observadas, subsidiariamente e no que com ele forem compatíveis, as normas da sociedade limitada.
- c) Enquanto não inscritos os atos constitutivos, reger-se-á a sociedade, exceto por ações em organização, pelo disposto para a Sociedade em Comum, observadas, subsidiariamente e no que com ele forem compatíveis, as normas da sociedade simples.
- d) Enquanto não inscritos os atos constitutivos, reger-se-á a sociedade, exceto por ações em organização, pelo disposto para a Sociedade limitada, observadas, subsidiariamente e no que com ele forem compatíveis, as normas da sociedade em Comandita Simples.
- e) Enquanto não inscritos os atos constitutivos, reger-se-á a sociedade, para todos os efeitos, pelo disposto para a Sociedade Simples, observadas, subsidiariamente e no que com ele forem compatíveis, as normas da sociedade limitada.

**64) Considere as disposições do código civil brasileiro sobre os direitos e obrigações dos sócios na sociedade personificada e assinale a alternativa correta.**

- a) As obrigações dos sócios começam imediatamente com o contrato, sendo vedada estipulação em contrário.
- b) A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e à sociedade.
- c) Até cinco anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.
- d) Os sócios são obrigados, na forma e prazo previstos, às contribuições estabelecidas no contrato social, e aquele que deixar de fazê-lo responderá perante esta pelo dano emergente da mora, independentemente de notificação.
- e) O sócio que, a título de quota social, transmitir domínio, posse ou uso, não responde pela evicção.

**65) Considere as disposições do código civil brasileiro sobre o conselho fiscal na sociedade limitada e assinale a alternativa correta.**

- a) Sem prejuízo dos poderes da assembleia dos sócios, pode o contrato instituir conselho fiscal composto de dois ou mais membros e respectivos suplentes, sócios ou não.
- b) Não podem fazer parte do conselho fiscal os membros dos demais órgãos da sociedade ou de outra por ela controlada, os empregados de quaisquer delas ou dos respectivos administradores, o cônjuge ou parente destes até o terceiro grau.
- c) É assegurado aos sócios minoritários, que representarem pelo menos um décimo do capital social, o direito de eleger, separadamente, dois dos membros do conselho fiscal e os respectivos suplentes.
- d) É vedada qualquer forma de remuneração aos membros do conselho fiscal.
- e) O conselho fiscal poderá outorgar a outro órgão da sociedade os poderes e atribuições a ele conferidos pela lei.

**66) Considere as disposições da Lei Federal nº 6.404, de 15/12/1976 que dispõe sobre as sociedades por ações e assinale a alternativa correta com respeito à formação do capital da companhia ou sociedade anônima.**

- a) A avaliação dos bens será feita por 3 (três) peritos ou por empresa especializada, nomeados em assembleia-geral dos subscritores, convocada pela imprensa e presidida por um dos fundadores, instalando-se em primeira convocação com a presença de subscritores que representem metade, pelo menos, do capital social, e em segunda convocação com qualquer número.
- b) A avaliação dos bens será feita por 2 (dois) peritos ou duas empresas especializadas, nomeados em assembleia-geral dos subscritores, convocada pela imprensa e presidida por um dos fundadores, instalando-se em primeira convocação com a presença de subscritores que representem metade, pelo menos, do capital social, e em segunda convocação com qualquer número.
- c) A avaliação dos bens será feita por 3 (três) peritos ou duas empresas especializadas, nomeados em assembleia-geral dos subscritores, convocada pela imprensa e presidida por um dos fundadores, instalando-se em primeira convocação com a presença de subscritores que representem dois terços, pelo menos, do capital social, e em segunda convocação com qualquer número.
- d) A avaliação dos bens será feita por um perito ou empresa especializada, nomeados em assembleia-geral dos subscritores, convocada pela imprensa e presidida por um dos fundadores, instalando-se em primeira convocação com a presença de subscritores que representem 85% (oitenta e cinco por cento), pelo menos, do capital social, e em segunda convocação com qualquer número de subscritores que representem metade, pelo menos, do capital social.
- e) A avaliação dos bens será feita por 3 (três) peritos ou duas empresas especializadas, nomeados em assembleia-geral dos subscritores, convocada pela imprensa e presidida por um dos fundadores, instalando-se em primeira convocação com a presença de subscritores que representem 75% (setenta e cinco por cento), pelo menos, do capital social, e em segunda convocação com qualquer número de subscritores que representem metade, pelo menos, do capital social.

**67) A Lei Federal nº 6.404, de 15/12/1976 que dispõe sobre as sociedades por ações estabelece que o acionista é obrigado a realizar, nas condições previstas no estatuto ou no boletim de subscrição, a prestação correspondente às ações subscritas ou adquiridas.**

**A referida lei estabelece ainda que se o estatuto e o boletim forem omissos quanto ao montante da prestação e ao prazo ou data do pagamento, caberá aos órgãos da administração efetuar chamada fixando prazo para o pagamento.**

**Sobre isso, assinale a alternativa correta.**

- a) A chamada poderá ser feita por qualquer meio escrito fixando prazo não inferior a 60 (sessenta) dias, para o pagamento.
- b) A chamada deverá ser feita por carta individual fixando prazo não inferior a 90 (noventa) dias, para o pagamento.
- c) A chamada deverá ser feita pela imprensa por meio de, pelo menos, 3 (três) avisos fixando prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para o pagamento.
- d) A chamada deverá ser feita pela imprensa por meio de, pelo menos, 2 (dois) avisos fixando prazo não inferior a 60 (sessenta) dias, para o pagamento.
- e) A chamada deverá ser feita pela imprensa por meio de, pelo menos, 1 (um) aviso fixando prazo não inferior a 30 (trinta) dias, para o pagamento.

68) Considere as disposições da Lei Federal nº 6.404, de 15/12/1976 que dispõe sobre as sociedades por ações e assinale a alternativa **INCORRETA** com respeito à administração da sociedade anônima.

- a) Poderão ser eleitas para membros dos órgãos de administração pessoas naturais, devendo os diretores ser residentes no País.
- b) A ata da assembleia-geral ou da reunião do conselho de administração que eleger administradores deverá conter a qualificação e o prazo de gestão de cada um dos eleitos, devendo ser arquivada no registro do comércio e publicada.
- c) A posse do conselheiro residente ou domiciliado no exterior fica condicionada à constituição de representante residente no País, com poderes para receber citação em ações contra ele propostas com base na legislação societária, mediante procuração com prazo de validade que deverá estender-se por, no mínimo, 3 (três) anos após o término do prazo de gestão do conselheiro.
- d) Quando a lei exigir certos requisitos para a investidura em cargo de administração da companhia, a assembleia-geral somente poderá eleger quem tenha exibido os necessários comprovantes, dos quais se arquivará cópia autêntica na sede social.
- e) Como forma de imposição de penalidade, são inelegíveis para os cargos de administração de companhia aberta apenas as pessoas declaradas inabilitadas por ato da Comissão de Valores Mobiliários.

69) Considere as disposições do código civil brasileiro e assinale a alternativa correta sobre a sociedade estrangeira dependente de autorização.

- a) Os documentos serão autenticados, de conformidade com a lei nacional da sociedade requerente, legalizados no consulado brasileiro da respectiva sede e acompanhados de tradução em vernáculo.
- b) É vedado ao Poder Executivo, para conceder a autorização, estabelecer condições à autorização de funcionamento da sociedade estrangeira no país.
- c) A sociedade autorizada pode iniciar sua atividade, desde que se comprometa a realizar inscrição no registro próprio do lugar em que se deva estabelecer.
- d) Arquivados os documentos necessários, a inscrição será feita por termo no mesmo livro reservado às sociedades nacionais.
- e) A autorização do Poder Executivo não é exigível para modificação no contrato ou no estatuto da sociedade estrangeira para produzir efeitos no território nacional.

70) Considere as disposições do código civil brasileiro sobre o nome empresarial e assinale a alternativa correta.

- a) A omissão da palavra "limitada" determina a responsabilidade solidária e ilimitada dos sócios, administradores ou não.
- b) A sociedade em comandita por ações é obrigada a adotar denominação como nome empresarial.
- c) A sociedade em conta de participação pode ter firma ou denominação.
- d) Equipara-se ao nome empresarial, para os efeitos da proteção da lei, a denominação das sociedades simples, associações e fundações.
- e) O nome empresarial pode, livremente, ser objeto de alienação em conjunto ou separado.

## DIREITO CIVIL

71) Considere as normas estabelecidas pelo código civil brasileiro sobre a cessão de crédito e assinale a alternativa correta.

- a) A cessão do crédito sempre tem eficácia em relação ao devedor, mesmo antes de qualquer notificação.
- b) O cedente sempre responde pela solvência do devedor.
- c) O devedor pode opor ao cessionário as exceções que lhe competirem, bem como as que, no momento em que veio a ter conhecimento da cessão, tinha contra o cedente.
- d) O crédito, uma vez penhorado, pode ser livremente transferido pelo credor que tiver conhecimento da penhora.
- e) Ocorrendo a penhora do crédito, se o devedor realizar o pagamento ao credor original, tendo notificação dela, fica exonerado.

72) Assinale a alternativa correta sobre o que o código civil brasileiro estabelece em relação aos vícios redibitórios e a coisa recebida por contrato.

- a) Em qualquer caso da existência de vícios redibitórios, o alienante deverá restituir o que recebeu com perdas e danos.
- b) A responsabilidade do alienante não subsiste se a coisa perecer em poder do alienatário, ainda que isso ocorra por vício oculto já existente ao tempo da tradição.
- c) De ordinário, o adquirente decai do direito de obter a redibição ou abatimento no preço no prazo de cento e oitenta dias se a coisa for móvel.
- d) Quando o vício, por sua natureza, só puder ser conhecido mais tarde que o ordinário, o prazo contar-se-á do momento em que dele tiver ciência, até o prazo máximo de noventa dias, em se tratando de bens móveis ou imóveis.
- e) Na constância de cláusula de garantia o adquirente deve denunciar o defeito ao alienante nos trinta dias seguintes ao seu descobrimento, sob pena de decadência.

73) Assinale a alternativa correta nos termos das normas previstas no código civil brasileiro para os negócios jurídicos contratuais.

- a) A rescisão unilateral sempre produz todos os seus efeitos independentemente de denúncia notificada à outra parte.
- b) A cláusula resolutiva expressa ou tácita depende de interpelação judicial.
- c) Nos contratos bilaterais, qualquer dos contratantes, antes de cumprida a sua obrigação, pode exigir o implemento da do outro.
- d) Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação.
- e) Se no contrato as obrigações couberem a apenas uma das partes não poderá ela pleitear que a sua prestação seja reduzida a fim de evitar a onerosidade excessiva.

74) Analise as afirmações abaixo com base nos fundamentos normativos previstos no código civil brasileiro para o contrato de venda e compra e assinale a alternativa correta.

- a) Para que a compra e venda, quando pura, seja considerada obrigatória e perfeita, basta as partes acordarem no objeto.
- b) Nulo é o contrato de compra e venda, quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- c) Até o momento da tradição, os riscos da coisa e do preço correm por conta do vendedor.
- d) A tradição da coisa vendida, na falta de estipulação expressa, dar-se-á no domicílio do comprador.
- e) Sob pena de nulidade, não podem ser comprados, exceto em hasta pública pelos tutores, os bens confiados à sua guarda ou administração.

**75) Assinale a alternativa correta com base nos fundamentos normativos do código civil brasileiro sobre o contrato de empreitada.**

- a) O contrato para elaboração de um projeto não implica a obrigação de executá-lo, ou de fiscalizar-lhe a execução.
- b) Não havendo disposição contratual expressa, presume-se a obrigação do empreiteiro de fornecer os materiais.
- c) No caso da obra ser de natureza das que se determinam por medida, o pagamento não faz presumir verificação.
- d) O empreiteiro é obrigado a pagar os materiais que recebeu, apenas se por dolo os inutilizar.
- e) A diminuição no preço do material ou da mão de obra não autoriza a revisão do preço global convencionado.

**76) Assinale a alternativa correta com base nos fundamentos normativos do código civil brasileiro sobre o mandato.**

- a) O mandato em termos gerais confere poderes para alienar e transigir.
- b) Os atos praticados por quem não tenha mandato não podem ser ratificados.
- c) A condição de mandatário depende, sem exceções, de sua capacidade civil plena.
- d) Ainda quando se outorgue mandato por instrumento público, pode substabelecer-se mediante instrumento particular.
- e) O terceiro com quem o mandatário tratar não poderá exigir que a procuração traga a firma reconhecida.

**77) Assinale a alternativa correta com base nos fundamentos normativos do código civil brasileiro sobre o contrato de comissão.**

- a) O comissário sempre responde pela insolvência das pessoas com quem tratar.
- b) Presume-se o comissário autorizado a conceder dilação do prazo para pagamento, na conformidade dos usos do lugar onde se realizar o negócio, se não houver instruções diversas do comitente.
- c) O crédito do comissário, relativo a comissões e despesas feitas, não goza de qualquer privilégio no caso de falência do comitente.
- d) O contrato de comissão tem por objeto a aquisição ou a venda de bens pelo comissário, em seu próprio nome e à sua conta.
- e) Não estipulada a remuneração do comissário, esta não será devida.

**78) Assinale a alternativa correta com base nos fundamentos normativos do código civil brasileiro sobre o direito das coisas.**

- a) A propriedade do solo abrange a do espaço aéreo e subsolo correspondentes, em altura e profundidade úteis ao seu exercício, não podendo o proprietário opor-se a atividades que sejam realizadas, por terceiros, a uma altura ou profundidade tais, que não tenha ele interesse legítimo em impedi-las.
- b) A propriedade do solo abrange as jazidas, minas e demais recursos minerais.
- c) O proprietário do solo não tem o direito de explorar os recursos minerais de emprego imediato na construção civil, exceto os submetidos a transformação industrial.
- d) O proprietário pode ser privado da coisa, apenas nos casos de desapropriação, desde que esta se dê por utilidade pública.
- e) A propriedade presume-se precária, até prova em contrário.

**79) Assinale a alternativa correta com base nos fundamentos normativos do código civil brasileiro sobre o direito de família.**

- a) É anulável o casamento contraído por infringência de impedimento.
- b) É nulo o casamento por incompetência da autoridade celebrante.
- c) O casamento se realiza no momento em que o homem e a mulher assinam o documento do registro.
- d) O casamento pode celebrar-se mediante procuração, por instrumento particular, com poderes gerais.
- e) Será permitido o casamento de quem ainda não alcançou a idade núbil em caso de gravidez.

**80) Assinale a alternativa INCORRETA com base nos fundamentos normativos do código civil brasileiro sobre a tutela.**

- a) Protutor e o sujeito nomeado pelo juiz para a fiscalização dos atos do tutor.
- b) O juiz será direta e pessoalmente responsável quando não tiver nomeado o tutor, ou não o houver feito oportunamente.
- c) Os imóveis pertencentes aos menores sob tutela podem ser vendidos quando houver manifesta vantagem, dispensada a avaliação judicial.
- d) Antes de assumir a tutela, o tutor declarará tudo o que o menor lhe deva, sob pena de não lhe poder cobrar, enquanto exerça a tutoria, salvo provando que não conhecia o débito quando a assumiu.
- e) São solidariamente responsáveis pelos prejuízos as pessoas às quais competia fiscalizar a atividade do tutor, e as que concorreram para o dano.

## **CONTABILIDADE PÚBLICA**

**81) De acordo com a L/C nº 101/00, entende-se por dívida pública mobiliária:**

- a) Dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- b) Dívida pública representada por títulos emitidos pela União, exceto os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios.
- c) Dívida pública representada por títulos emitidos pela União e pelos os Estados, exceto os do Banco Central do Brasil e Municípios.
- d) Dívida pública representada por títulos emitidos pelos Estados e os do Banco Central do Brasil, exceto dos Municípios.
- e) Dívida pública representada por títulos emitidos pelos Estados e Municípios, exceto os do Banco Central do Brasil e os da União.

**82) Assinale a alternativa incorreta.**

- a) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% no primeiro.
- b) O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente.
- c) A instituição financeira que contratar operação de crédito com ente da Federação, exceto quando relativa à dívida mobiliária ou à externa, deverá exigir comprovação de que a operação atende às condições e limites estabelecidos.
- d) O Banco Central do Brasil não emitirá títulos da dívida pública a partir de dois anos após a publicação da L/C nº101/00.
- e) Não é proibida a operação de crédito entre uma instituição financeira estatal e o ente da Federação que a controle, na qualidade de beneficiário do empréstimo.

**83) O princípio orçamentário da exclusividade estabelece que:**

- a) O PPA não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito especial e a contratação de operações de crédito, nos termos da Lei.
- b) A LOA não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da Lei.
- c) A LOA não conterà dispositivo estranho à previsão da despesa e à fixação da receita. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito especial e a contratação de operações de débito, nos termos da Lei.
- d) A LDO não conterà dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito suplementar e a contratação de operações de crédito, nos termos da Lei.
- e) A LDO não conterà dispositivo estranho à previsão da despesa e à fixação da receita. Ressalvam-se dessa proibição a autorização para abertura de crédito extraordinário e a contratação de operações de crédito, nos termos da Lei.

**84) Conforme estabelece o Manual de Contabilidade Pública, O Plano de contas Aplicada ao Setor Público (PCASP) representa uma conquista significativa da contabilidade aplicada ao setor público. Além de ser uma ferramenta para a consolidação das contas nacionais e instrumento para a adoção das normas internacionais de contabilidade, o PCASP permitiu diversas inovações, como:**

- I. Segregação das informações orçamentárias e patrimoniais.
- II. Registro dos fatos que afetam o patrimônio público segundo o regime de competência.
- III. Registro de procedimentos contábeis gerais em observância às normas internacionais, como as provisões, os créditos tributários e não tributários, os estoques, os ativos imobilizados e intangíveis, dentre outros. Incluem-se também os procedimentos de mensuração após o reconhecimento, tais como a reavaliação, a depreciação, a amortização, a exaustão e a redução ao valor recuperável, dentre outros.
- IV. Elaboração de estatísticas fiscais nos padrões exigidos pelos organismos internacionais.

**Estão corretas:**

- a) Apenas as afirmativas I e II.
- b) Apenas as afirmativas II e III.
- c) Apenas as afirmativas I e IV.
- d) Apenas as afirmativas III e IV.
- e) Todas as afirmativas.

**85) Assinale a alternativa incorreta:**

- a) Quanto ao impacto na situação líquida patrimonial, a receita pode ser efetiva ou não efetiva.
- b) As receitas orçamentárias são classificadas conforme os critérios: natureza; fonte e; indicador de resultado primário.
- c) Pertencem ao exercício financeiro: as receitas nele empenhadas e; as despesas nele ilegalmente arrecadadas.
- d) Publicidade é o princípio orçamentário básico da atividade da Administração Pública no regime democrático, está previsto no "caput" do art. 37 da nossa CF/88. Justifica-se especialmente pelo fato de o orçamento ser fixado em lei, sendo esta a que autoriza aos Poderes a execução de suas despesas.
- e) Conforme estabelece o §2º do art. 11 da Lei nº 4.320/1964, com redação dada pelo Decreto-Lei nº 1.939/1982, Receitas de Capital são as provenientes tanto da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas e da conversão, em espécie, de bens e direitos, quanto de recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado e destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital.

**86) De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (2015), não devem ser reconhecidos como receita orçamentária os recursos financeiros oriundos de:**

- a) Superávit Financeiro e; Cancelamento de Receitas Inscritas em Restos a Pagar.
- b) Superávit Financeiro e; Cancelamento de Despesas Inscritas em Restos a Pagar.
- c) Superávit Financeiro e; Cancelamento de Despesas Inscritas em Restos a Receber.
- d) Déficit Financeiro e; Cancelamento de Despesas Inscritas em Restos a Receber.
- e) Déficit Financeiro e; Cancelamento de Despesas Inscritas em Restos a Pagar.

**87) Das classificações da despesa orçamentária, a classificação funcional segrega as dotações orçamentárias em funções e subfunções, buscando responder basicamente à indagação "em que" área de ação governamental a despesa será realizada (MCASP, 2015). Essa classificação funcional é representada por:**

- a) Dois dígitos.
- b) Três dígitos.
- c) Quatro dígitos.
- d) Cinco dígitos.
- e) Seis dígitos.

**88) Analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F) e assinale a alternativa que apresenta a sequencia correta de cima para baixo.**

- ( ) No setor público, o regime orçamentário reconhece a receita orçamentária no exercício financeiro da emissão do empenho e a despesa orçamentária pela arrecadação.
  - ( ) De acordo com a CF/88, os instrumentos de planejamento compreendem o Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária Anual.
  - ( ) O processo da fixação da despesa orçamentária é concluído com a autorização dada pelo poder executivo por meio da lei orçamentária anual, ressalvadas as eventuais aberturas de créditos adicionais no decorrer da vigência do orçamento.
  - ( ) As descentralizações de créditos orçamentários ocorrem quando for efetuada movimentação de parte do orçamento, mantidas as classificações institucional, funcional, programática e econômica, para que outras unidades administrativas possam executar a despesa orçamentária.
- a) F, V, F, V.
  - b) F, V, V, V.
  - c) F, F, F, F.
  - d) V, V, V, V.
  - e) V, F, F, V

**89) O patrimônio público é estruturado:**

- a) Apenas pelo grupo dos Ativos.
- b) Apenas pelo grupo dos Passivos.
- c) Apenas pelo grupo do Patrimônio líquido.
- d) Apenas pelos grupos dos Ativos e Passivos.
- e) Pelos grupos dos: Ativos, Passivos e, do Patrimônio Líquido.

**90) A Demonstração dos Fluxos de Caixa aplicada ao Setor Público identificará:**

- I. As fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa.
  - II. Os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis.
  - III. O saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.
- Com base nas informações acima, está correto afirma que:**
- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
  - b) Apenas a afirmativa III está correta.
  - c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
  - d) As afirmativas I, II e III estão corretas.
  - e) As afirmativas I, II e III estão incorretas.

91) Leia as afirmativas abaixo e, em seguida indique a alternativa **incorreta**.

- O 13º salário é pago em duas parcelas, sendo: a primeira entre os meses de fevereiro e novembro e, a segunda até 21 de dezembro.
- A primeira parcela do 13º salário equivale à metade do salário mensal do mês anterior, para os empregados mensalistas, horistas e diaristas. Para os que recebem salário variável, como vendedores comissionistas, deve ser paga a metade da média apurada até o mês de outubro.
- A 2ª parcela do 13º salário corresponde a soma da parte fixa em vigor no mês de dezembro com a média da parte variável no período de janeiro a novembro, para os que recebem, além da parte variável, uma parte fixa.
- Após a apuração do 13º salário, integral, deduz-se o valor pago por ocasião da 1ª parcela.
- Tratando-se de acidente de trabalho, a empresa deve pagar o 13º salário integral, isto é, as ausências decorrentes de acidente do trabalho não reduzem o cálculo do 13º salário.

92) Indique V para verdadeiro ou F para falso para as afirmativas abaixo, em seguida assinale a alternativa correta.

- A concessão das férias será participada por escrito, ao empregado, com antecedência de no mínimo quinze dias, cabendo a este assinar a respectiva notificação.
  - O empregado estudante, menor de 18 anos, terá o direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.
  - O empregador tem um limite de 11 meses subsequentes à aquisição do direito pelo empregado para marcar as férias. Ultrapassando esse período, o empregador deve pagá-las em dobro.
  - O empregado não entrará em gozo de férias sem a apresentação da Carteira de Trabalho e Previdência Social para a devida anotação.
- F, F, V, V.
  - V, V, V, F.
  - F, V, F, V.
  - V, V, V, V.
  - F, F, F, F.

93) Leia as afirmativas abaixo.

- A empresa individual de responsabilidade ilimitada será constituída por uma única pessoa titular da totalidade do capital social, devidamente integralizado, que não será inferior a cem vezes o maior salário-mínimo vigente no País.
- Na sociedade em conta de participação, a atividade constitutiva do objeto social é exercida unicamente pelo sócio ostensivo, em seu nome individual e sob sua própria e exclusiva responsabilidade, participando os demais dos resultados correspondentes.
- A constituição da sociedade em conta de participação depende de qualquer formalidade e não pode provar-se por meios de direito.
- Somente pessoas físicas podem tomar parte na sociedade em nome coletivo, respondendo todos os sócios, solidária e limitadamente, pelas obrigações sociais.

Com base nas informações acima, está correto afirmar que:

- Apenas a afirmativa II está incorreta.
- Apenas a afirmativa I, II e III estão corretas.
- Todas as afirmativas estão corretas.
- Todas as afirmativas estão incorretas.
- As afirmativas I, III e IV estão incorretas.

94) Tratando de inventário periódico, indique a alternativa **incorreta**.

- Inventário periódico é um sistema contábil por meio do qual os resultados são apurados somente no final de um período.
- O período de apuração de resultados, geralmente, tem duração de um ano, coincide com o ano civil e é conhecido por exercício social.
- Pela praticidade que gera nos registros contábeis, o sistema de inventário periódico é preferido pelas empresas industriais de pequenos e médios portes.
- O sistema de inventário periódico é um sistema complexo que contabilmente possibilita o conhecimento do custo unitário, uma vez que o custo da produção é apurado no final do período.
- A expressão "inventário periódico" decorre do fato de que os custos dos estoques de materiais necessários para a apuração dos resultados são conhecidos somente no final do período, por ocasião da contagem física desses materiais.

95) Preencha a lacuna com alternativa correta.

O critério de avaliação dos estoques denominado o \_\_\_\_\_ consiste em atribuir a cada unidade do estoque o preço efetivamente pago por ela.

- PEPS.
- UEPS.
- Custo ou preço médio ponderado móvel.
- Custo ou preço médio ponderado fixo.
- Custo ou preço específico.

96) O plano de contas na contabilidade comercial é estruturado de forma ordenada considerando como características fundamentais:

- O tamanho da empresa.
- O ramo de atividade que a empresa opera.
- O sistema contábil.
- Os interesses dos usuários.

De acordo com as informações acima, assinale a alternativa correta.

- Todas as afirmativas estão corretas.
- Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- Apenas as afirmativas III e IV estão corretas.
- Apenas a afirmativa I está incorreta.
- Todas as afirmativas estão incorretas.

97) São considerados impostos sobre vendas:

- IPI, ICMS, ISS, IVVC e, COFINS.
- IPI, ICMS, ISS, PIS/PASEP e, COFINS.
- IPI, ICMS, ISS e, IVVC.
- ICMS, ISS, IVVC e, PASEP.
- ICMS, PIS/PASEP e, COFINS.

98) Preencha as lacunas com a alternativa correta.

Conforme a legislação fiscal na compra deve ser, \_\_\_\_\_ do custo de aquisição de mercadorias para revenda e de matérias-primas o montante do \_\_\_\_\_ recuperável, destacado em nota fiscal.

- Excluído / ICMS.
- Incluído / ICMS.
- Excluído / ISS.
- Incluído / ISS.
- Excluído / IPI.

**99) Na contabilidade comercial, considera-se por imobilizado:**

- a) Todo ativo não circulante de natureza relativamente permanente, que se utiliza na operação dos negócios de uma empresa e que se destina à venda.
- b) Todo ativo não circulante de natureza relativamente permanente, que se utiliza na operação dos negócios de uma empresa e que não se destina à venda.
- c) Todo ativo circulante de natureza não permanente, que se utiliza na operação dos negócios de uma empresa e que não se destina à venda.
- d) Todo ativo circulante de natureza não permanente, que se utiliza na operação dos negócios de uma empresa e que se destina à venda.
- e) Todo passivo circulante de natureza não permanente, que se utiliza na operação dos negócios de uma empresa e que não se destina à venda.

**100) A divulgação de fluxos de caixa das atividades operacionais é feita usando o método direto ou o método indireto. De acordo com o método indireto, o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais é determinado ajustando o lucro líquido ou prejuízo quanto aos efeitos de (IUDÍCIBUS E MARION, 2010):**

- I. Mudanças ocorridas no período nos estoques e nas contas operacionais a receber e a pagar.
- II. Itens que não afetam o caixa, como: depreciação, provisões, impostos diferidos, variações cambiais não realizadas, resultado de equivalência patrimonial em investimentos e participação de minoritários, quando aplicável.
- III. Todos os outros itens cujos efeitos sobre o caixa sejam fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimentos ou de financiamento.

**Está correto afirmar que:**

- a) Apenas a afirmativa II está correta.
- b) Apenas a afirmativa III está correta.
- c) As afirmativas I, II e III estão incorretas.
- d) As afirmativas II e III estão incorretas.
- e) As afirmativas I, II e III estão corretas.

Transcreva a redação de 20 a 30 linhas, com caneta azul ou preta, para o cartão de respostas.

## A prática da automedicação: um índice crescente entre os jovens

### Texto 1

#### Os Perigos da Automedicação

Quem nunca tomou um remédio sem prescrição após uma dor de cabeça ou febre? Ou pediu opinião a um amigo sobre qual medicamento ingerir em determinadas ocasiões? A automedicação, muitas vezes vista como uma solução para o alívio imediato de alguns sintomas, pode trazer consequências mais graves do que se imagina.

A medicação por conta própria é um dos exemplos de uso indevido de remédios, considerado um problema de saúde pública no Brasil e no mundo. Segundo dados do Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINTOX), em 2003, os medicamentos foram responsáveis por 28% de todas as notificações de intoxicação.

O uso de medicamentos de forma incorreta pode acarretar o agravamento de uma doença, uma vez que a utilização inadequada pode esconder determinados sintomas. Se o remédio for antibiótico, a atenção deve ser sempre redobrada. O uso abusivo destes produtos pode facilitar o aumento da resistência de microorganismos, o que compromete a eficácia dos tratamentos.

Outra preocupação em relação ao uso do remédio refere-se à combinação inadequada. Neste caso, o uso de um medicamento pode anular ou potencializar o efeito do outro.

O uso de remédios de maneira incorreta ou irracional pode trazer, ainda, consequências como: reações alérgicas, dependência e até a morte.

#### Conceito

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), existe o uso racional de medicamentos (URM) quando “os pacientes recebem medicamentos apropriados às suas necessidades clínicas, em doses e períodos adequados às particularidades individuais, com baixo custo para eles e sua comunidade”. A definição foi proferida durante Conferência de Nairobi, Quênia, em 1985.

#### Tipos de Uso Irracional de Medicamentos

- Uso abusivo de medicamentos (polimedicação);
- Uso inadequado de medicamentos antimicrobianos, freqüentemente em doses incorretas ou para infecções não-bacterianas;
- Uso excessivo de injetáveis nos casos em que seriam mais adequadas formas farmacêuticas orais;
- Prescrição em desacordo com as diretrizes clínicas;
- Automedicação inadequada, frequentemente com medicamento que requer prescrição médica.

#### Estatísticas da Organização Mundial de Saúde (OMS)

- Em todo o mundo, mais de 50% de todos os medicamentos receitados são dispensáveis ou são vendidos de forma inadequada.
- Cerca de 1/3 da população mundial tem carência no acesso a medicamentos essenciais.
- Em todo mundo, 50% dos pacientes tomam medicamentos de forma incorreta.

#### Ações para o Uso Racional de Medicamentos

O Ministério da Saúde criou, em março de 2007, um Comitê Nacional para Promoção do Uso Racional de Medicamentos (URM) – uma instância colegiada, representativa de segmentos governamentais e sociais afins ao tema e com caráter deliberativo.

O Comitê tem como papel propor estratégias e mecanismos de articulação, de monitoramento e de avaliação de ações destinadas à promoção do URM. Para garantir as implementações das ações, foi criado o Plano de Ação, composto por vertentes em quatro áreas: regulação, educação, informação e pesquisa.

#### Educanvisa

Com o objetivo de facilitar o aprendizado de temas complexos em saúde para o ensino fundamental, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) lançou os jogos educativos Trilha da Saúde e Memória, [disponíveis no site da Anvisa](#). O material didático serve como apoio ao aprendizado sobre propaganda e o uso racional de medicamentos.

O lançamento dos jogos educativos aconteceu em Santa Catarina, durante encontro realizado para apresentação do Programa Educanvisa, no projeto político-pedagógico das escolas para o biênio 2008/2009. A Educanvisa contempla orientações sobre o consumo responsável de medicamentos e de outros produtos sujeitos à vigilância sanitária, além dos riscos da automedicação e da influência da propaganda enganosa, abusiva e errônea.

#### Hospitais Sentinelas

Para incentivar o uso racional de medicamentos, a Anvisa também desenvolve ações na área de farmacovigilância. Um exemplo é o programa Rede de Hospitais Sentinela, que reúne um conjunto de hospitais e unidades de todo o país. Cada hospital integrante da rede possui um responsável por notificar efeitos adversos ou quaisquer problemas relacionados a medicamentos.

Fonte: *Ministério da Saúde e Organização Mundial da Saúde.*

## Jovens consomem remédios sem receita e riscos à saúde aumentam

**Medicamento sem prescrição médica pode agravar doenças, mascarar sintomas e ter efeitos colaterais danosos**

Aspirina, Viagra para impotência sexual, antibiótico e fluoxetina são alguns dos remédios da moda entre adolescentes. Cada um tem sua função, mas todos representam perigo da forma como estão sendo usados. Aspirina com Coca-Cola para ficar “aceso”, Viagra para aumentar a potência sexual, antibiótico com álcool para dar barato, fluoxetina para minorar as frustrações amorosas. Os jovens encontraram um jeito próprio e perigoso de usar esses fármacos, mas não só eles fazem mau uso dos medicamentos. Em Curitiba, consulta encomendada pela Gazeta do Povo à Paraná Pesquisas revela que 56% das pessoas compraram remédios sem prescrição médica nos últimos 12 meses

Dados da Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas (Abifarma) indicam que 80 milhões de brasileiros têm o hábito de se automedicar, prática que leva à morte cerca de 20 mil pessoas por ano, vítimas principalmente da intoxicação e das reações de alergia ou hipersensibilidade. O risco é grande entre os jovens não só por terem herdado o hábito dos pais, mas também pelas suas misturas perigosas. Este foi um dos motivos que levaram as Faculdades Pequeno Príncipe a incluir o tema da automedicação no ciclo de palestras que a instituição vem fazendo em escolas públicas e particulares de Curitiba.

O aconselhável é sempre consultar um médico antes de ingerir qualquer medicamento. Contudo, a realidade é bem diferente num país onde menos de um terço dos 185 milhões de habitantes são cobertos por plano de saúde privado. Ou seja, sete entre 10 brasileiros dependem do Sistema Único de Saúde (SUS). E as condições do SUS todos conhecem. Daí a opção pela automedicação para ganhar tempo e economizar na consulta e no exame médico. Mas nem sempre este é o caminho mais curto e mais barato para a cura. Os remédios sem prescrição médica podem agravar doenças, mascarar sintomas, ter efeitos colaterais danosos. Na melhor das hipóteses, não servem para nada.

Por acreditar ser praticamente impossível erradicar a prática, seja em país pobre ou desenvolvido, a Organização Mundial da Saúde recomenda a automedicação responsável. Mas como chegar a esse nível de conscientização? O Brasil faz o contrário. Além do hábito de se automedicar, o brasileiro está vulnerável a propagandas milagrosas, diz a coordenadora do curso de Farmácia das Faculdades Pequeno Príncipe, professora-doutora Rosiane Zibetti. “Tomou, passou”, ironiza. Inverteu-se a ordem das coisas. A mensagem “ao persistirem os sintomas o médico deverá ser consultado” recomenda primeiro a automedicação e só depois o especialista, caso algo não dê certo. (...)

### Responsabilidade

O farmacêutico Christian Boller culpa a indústria por favorecer o consumo exagerado ao oferecer um percentual das vendas aos balconistas. Dessa forma, quem não tem formação adequada acaba fazendo a “empurroterapia” para engordar o salário. Mas a responsabilidade profissional está na pauta dos farmacêuticos. Não se trata de só vender remédio, mas de transformar a farmácia num local onde a pessoa possa entender a própria saúde. Parece utopia, mas Boller tem percebido uma boa aceitação no meio acadêmico. E, segundo ele, algumas farmácias já trabalham desta forma, recusando-se a vender remédio sem prescrição médica. (...)

<http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/jovens-consomem-remedios-sem-receita-e-riscos-a-saude-aumentam-alviqvm6ncbswwalkz8zpn972>



<http://www.sinfarms.org.br/noticias/geral/238/05-de-maio-dia-do-uso-racional-de-medicamentos>

Com base nos textos acima, procure elaborar um texto dissertativo-argumentativo com a seguinte temática: **A prática da automedicação: um índice crescente entre os jovens.**

Por que jovens, hoje em dia, tomam medicamentos sem a prescrição médica? Utilize argumentos coerentes e coesos para discorrer o texto.

5

10

15

20

25

30

RASCUNHO

